

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

▼ Questão 1

A depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, ocasionado pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Com relação às tabelas de depreciação que contêm o tempo de vida útil e os valores residuais a serem aplicados, deverão ser observadas as orientações

- Ⓐ emanadas da Controladoria Geral da União (CGU), órgão do Governo Federal responsável pela defesa do patrimônio público, transparência e combate à corrupção.
- Ⓑ constantes da Instrução Normativa RFB n.º 162/1998, que fixa prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona.
- Ⓒ emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade da União.
- Ⓓ emanadas do Tribunal de Contas ao qual o ente federado encontra-se jurisdicionado.
- Ⓔ estabelecidas pelo próprio ente, de acordo com as características particulares da sua utilização.

▼ Questão 2

As provisões se distinguem dos demais passivos porque envolvem incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção. No que diz respeito à mensuração das provisões, deve-se reconhecer

- Ⓐ o montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.
- Ⓑ a importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.
- Ⓒ o custo no qual a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira menos onerosa.
- Ⓓ o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.
- Ⓔ a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

▼ Questão 3

Caso a legislação de determinado ente federado estabeleça que o fato gerador de um imposto deva ocorrer no dia 1.º de janeiro de cada ano, o registro, no resultado do exercício, da variação patrimonial aumentativa (VPA) relativa a esse imposto deverá ocorrer

- Ⓐ quando houver a efetiva arrecadação, de acordo com o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320/1964.
- Ⓑ no dia 1.º de janeiro, no momento do fato gerador.
- Ⓒ no momento da prestação de contas relativa aos valores arrecadados.
- Ⓓ quando esses recursos forem efetivamente consumidos no pagamento de despesas públicas.
- Ⓔ quando não houver mais a possibilidade de esses recursos serem passíveis de devolução.

▼ Questão 4

Para permitir o registro dos dados contábeis de forma organizada e facilitar a análise das informações de acordo com sua natureza, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) está estruturado de acordo com as naturezas de informação

- Ⓐ orçamentária, financeira e de custos.
- Ⓑ orçamentária, patrimonial e de custos.
- Ⓒ orçamentária, patrimonial e de controle.
- Ⓓ financeira, de controle e de custos.
- Ⓔ financeira, patrimonial e de controle.

▼ Questão 5

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em três fluxos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. Nesse sentido, o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira,

- Ⓐ não deve ser apresentado na DFC, porque esse evento não é considerado fluxo de caixa.
- Ⓑ deve ser apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- Ⓒ deve ser apresentado no fluxo de caixa das atividades operacionais.
- Ⓓ deve ser apresentado no fluxo de caixa das atividades de investimento.
- Ⓔ deve ser apresentado no fluxo de caixa das atividades de financiamento.

▼ Questão 6

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes

- Ⓐ 3, 4, 7 e 8 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza de custos.
- Ⓑ 1, 3, 5 e 7 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza de controles devedores.
- Ⓒ 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial.
- Ⓓ 2, 4, 6 e 8 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza de controles credores.
- Ⓔ 5, 6, 7 e 8 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza orçamentária.

Questão 7

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação patrimonial líquida em despesa orçamentária efetiva e despesa orçamentária não efetiva. A despesa orçamentária efetiva é aquela que no momento

- A** da sua fixação reduz a situação líquida patrimonial da entidade.
- B** do seu empenho reduz a situação líquida patrimonial da entidade.
- C** da sua realização reduz a situação líquida patrimonial da entidade.
- D** da sua prestação de contas reduz a situação líquida patrimonial da entidade.
- E** do seu pagamento reduz a situação líquida patrimonial da entidade.

Questão 8

As receitas orçamentárias são classificadas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. No caso das receitas de capital, é correto afirmar que elas

- A** aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas, mas não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- B** aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas, e provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- C** não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, não são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- D** aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, mas não são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.
- E** não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido, mas são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários que visam atingir as finalidades públicas.

Questão 9

Uma vez incluídos os dados de um documento no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e após sua contabilização, constatada qualquer irregularidade nesses dados

- A** somente será possível corrigi-la por meio da emissão de um novo documento que efetue o acerto.
- B** não será possível corrigi-la, em razão do atributo da imutabilidade dos dados do SIAFI.
- C** não será possível corrigi-la, mas os dados ficam sobrestados do Sistema.
- D** será possível corrigi-la, desde que a irregularidade seja constatada antes do encerramento do exercício financeiro.
- E** somente será possível corrigi-la com a anuência expressa do ordenador de despesa da respectiva unidade gestora.

Questão 10

Segundo o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual, são características qualitativas da informação incluída nos relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público (RCPG)

- A** a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
- B** a legitimidade, a confiança, a motivação, a realidade, a tempestividade e a precaução.
- C** a legalidade, a materialidade, a confiabilidade, a tempestividade, a compreensibilidade e a comparabilidade.
- D** a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a representação fidedigna e a eficiência.
- E** a legalidade, a relevância, a materialidade, a publicidade, a tempestividade e o custo benefício.

Questão 11

No que diz respeito ao conceito, abrangência e espécies de controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A** O controle posterior visa rever atos praticados a fim de apenas corrigi-los.
- B** Conforme o aspecto da atividade administrativa a ser controlado, o controle pode ser de legalidade ou de mérito, sendo este exercido sem limitações pelo Poder Legislativo.
- C** Cabe ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- D** A administração pública, no exercício de suas funções, sujeita-se ao controle dos poderes Legislativo e Judiciário, além de exercer sobre ela mesma o controle sobre os próprios atos.
- E** No que se refere ao momento em que se efetua, o controle pode ser classificado em prévio, posterior ou concomitante; no que concerne à natureza, em administrativo, judicial ou legislativo.

Questão 12

Acerca do controle externo, assinale a opção correta.

- A** O controle externo é efetivado por órgão pertencente à estrutura do órgão responsável pela atividade controlada e compreende a fiscalização e a correção dos atos ilegais, inconvenientes e inoportunos.
- B** As ações de controle externo do Tribunal de Contas da União obedecerão a um plano de controle externo proposto e elaborado pelos relatores das listas de unidades jurisdicionadas e das contas do governo.
- C** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo, com o auxílio dos tribunais de contas, e pelo sistema interno de cada poder.
- D** O controle externo, hierarquicamente superior ao controle interno, atua sobre a totalidade da administração pública.
- E** O controle externo é feito por meio de auditoria a fim de acompanhar a execução do orçamento e tem por objetivos verificar a legalidade na aplicação do dinheiro público e auxiliar o tribunal de contas no exercício de sua missão institucional.

Questão 13

Assinale a opção correta no que concerne aos tribunais de contas.

- A** Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões na administração direta e indireta, excetuadas as referentes às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- B** Nas auditorias de desempenho, consideradas instrumentos de fiscalização, examina-se a economicidade, eficiência e eficácia da ação governamental, a partir da análise da estratégia organizacional, da gestão e dos procedimentos operacionais.
- C** As decisões do tribunal de contas de que resulte aplicação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- D** O parecer prévio emitido pelos tribunais de contas vincula o Poder Legislativo quando do julgamento das contas, por isso esses tribunais podem impedir a execução de ato administrativo da administração direta e indireta.
- E** O tribunal de contas é dotado de caráter jurisdicional no desempenho de sua função de julgador das contas de gestão.

Questão 14

Em relação às funções dos tribunais de contas, bem como à natureza jurídica e à eficácia das suas decisões, assinale a opção correta.

- A** Em caso de ilegalidade de despesa, cabe ao tribunal de contas fixar prazo para que o órgão ou entidade responsável adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.
- B** Competem ao Tribunal de Contas da União a análise técnico-jurídica e o julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República, além da emissão de pareceres gerais em quarenta e cinco dias a contar do recebimento das referidas contas.
- C** As decisões do tribunal de contas que resultem em imputação de débitos são exequíveis após inscrição como dívida ativa.
- D** No julgamento das contas regulares em que haja ressalvas, cabe ao tribunal de contas a dar quitação parcial ao responsável dispensando a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades.
- E** Os ministros de Estado que praticarem irregularidades não sofrerão investigação pelo tribunal de contas, mas seus atos serão apurados pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 15

Constitui competência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

- A** realizar, por iniciativa própria ou a pedido, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em unidade da administração direta ou indireta dos poderes do município.
- B** apreciar as contas de governo anualmente prestadas pelos prefeitos, emitindo parecer prévio sobre elas em até sessenta dias a contar da data do seu recebimento.
- C** julgar os atos realizados por administradores públicos da administração direta e indireta, excluídas as sociedades de economia mista e empresas públicas, por terem elas natureza jurídica de direito privado.
- D** sustar a execução de atos e contratos não atendidos, independentemente de comunicação à câmara municipal.
- E** elaborar ou alterar o seu regimento interno, por voto de maioria simples de seus membros.

Questão 16

A respeito da fiscalização a cargo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, assinale a opção correta.

- A** O ato de fiscalização abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, excetuando-se aqueles que executam atividades por meio do Poder Judiciário.
- B** A fiscalização dos atos de gestão da receita e da despesa pública no que se refere aos aspectos contábil e financeiro é realizada com o objetivo de verificar a conveniência e a oportunidade desses atos.
- C** Ao proceder com a fiscalização dos contratos, quando verificadas faltas ou impropriedades apenas de caráter formal, ainda que caracterizem transgressão à norma legal, o relator determinará por seu arquivamento.
- D** A realização de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial é uma forma de assegurar a eficácia das ações de fiscalização e instruir o julgamento das contas.
- E** A fiscalização compreende unicamente o exame da legalidade e da economicidade dos atos de gestão das receitas e das despesas municipais em suas fases iniciais.

Questão 17

A competência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará para apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal

- A** abrange a administração direta e indireta, inclusive as fundações mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- B** abrange as fundações mantidas pelo poder público municipal, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- C** restringe-se aos órgãos da administração direta.
- D** abrange a administração direta e indireta, excetuando-se as fundações públicas e sociedades de economia mista.
- E** abrange a administração direta e indireta, excetuando-se as fundações públicas e sociedades de economia mista bem como as nomeações para cargos do Poder Legislativo.

Questão 18

Ao Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará compete

- A** atuar perante o Poder Judiciário, interpondo os recursos permitidos em lei.
- B** propor e celebrar termos de ajustamento na área de sua competência.
- C** promover, junto ao órgão competente ou a qualquer outro indicado por lei, termos de ajustamento dentro e fora de sua área de atuação.
- D** julgar as contas públicas prestadas, anualmente, pelo governador do estado.
- E** fazer-se representar nas sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, dispensando-se sua audiência apenas nos atos de admissão de pessoal.

Questão 19

Assinale a opção em que há correta correspondência entre o ato especificado e o prazo estipulado no Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (Ato n.º 23/2020), contado da distribuição dos processos ao servidor e observadas as prescrições fixadas pelo Plano Anual de Fiscalização e a natureza do processo.

- A** requerimento de informações: 30 dias
- B** recurso de agravo ou embargos de declaração: 15 dias
- C** recurso ordinário: 45 dias
- D** atos de pessoal sujeitos a registro: 60 dias
- E** fiscalização: 15 dias

Questão 20

Conforme Lei Orgânica do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará (Lei Complementar n.º 86/2013), os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará deverão ser encaminhados deste ao Poder Legislativo

- A por um conselheiro ou conselheiro-substituto.
- B pela chefia do serviço de apoio administrativo.
- C pelo corregedor.
- D pela chefia da coordenação responsável pela proposição do projeto.
- E pelo procurador-geral.

Questão 21

No direito administrativo brasileiro, o critério de estudo do direito administrativo mais comumente aceito é o(a)

- A escola legalista.
- B método técnico-científico.
- C escola exegética.
- D escola empírica ou caótica.
- E método jurisprudencial.

Questão 22

Acerca da supremacia do interesse público, é correto afirmar que

- A esse princípio começou a se desenvolver com o primado do direito público sobre o direito civil, substituindo-se a ideia do homem como fim único do direito.
- B esse princípio demonstra a separação do privado e do público, uma vez que o direito privado contém normas de interesse individual, e o direito público, normas de interesse público.
- C esse princípio resguarda, em última análise, o interesse do Estado, sob pena de desvio de finalidade.
- D a indisponibilidade do interesse público significa que apenas a administração pública e seus agentes podem dispor dos interesses públicos.
- E é um instrumento de garantia e consecução do bem-estar do indivíduo em prol do bem estar coletivo.

Questão 23

A organização do terceiro setor que executa atividades não exclusivas do Estado, com incentivo e fiscalização pelo poder público mediante termo de parceria é denominada

- A fundação pública.
- B sociedade de economia mista.
- C serviços sociais autônomos.
- D organização da sociedade civil de interesse público.
- E consórcio público.

Questão 24

No direito administrativo, o ato vinculado, perfeito e eficaz, destituído de vícios e que poderá extinguir um ato administrativo, desde que seus efeitos não estejam preclusos ou exauridos, é conhecido por

- A convalidação.
- B revogação.
- C anulação.
- D competência da autotutela.
- E extinção inominada.

Questão 25

Acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, garante-se como direito do administrado

- A proceder com urbanidade, especialmente observando as formalidades essenciais à garantia dos seus direitos.
- B agir de modo temerário.
- C fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação.
- D prestar informações que lhe forem solicitadas, com lealdade, e boa-fé para com a Administração.
- E colaborar para o esclarecimento dos fatos, embora possa reter documentos.

Questão 26

No âmbito da administração pública federal, a decisão coordenada

- A é aplicada aos processos administrativos de licitação.
- B pode ser utilizada em processos administrativos relacionados ao poder sancionador.
- C deve ser utilizada em processos em que estejam envolvidas autoridades de Poderes da União distintos.
- D é utilizada quando há consenso entre as partes de órgãos distintos que busquem a celeridade do processo administrativo decisório.
- E não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.

Questão 27

A respeito dos poderes e deveres da administração pública, assinale a opção correta.

- A O dever de probidade restringe-se ao dever de observar a licitude dos atos da administração e de seus administrados.
- B A hierarquia permite que o poder disciplinar sujeite os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público à disciplina interna da instituição.
- C A administração exerce o poder disciplinar com restrita discricionariedade ao escolher entre punir e não punir, de modo fundamentado.
- D Poder de polícia é o meio de assegurar os direitos individuais porventura ameaçados pelo exercício ilimitado de direitos coletivos.
- E O poder de polícia está restrito ao setor de segurança e à ordem pública.

Questão 28

Acerca da prestação de serviços públicos e de seu controle pelos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- A A administração pública deverá ser a titular da maioria do capital votante das sociedades de propósito específico constituídas para prestar serviço público em regime de parceria público-privada.
- B Nos contratos de parceria público-privada, há sempre uma contraprestação pecuniária do parceiro público, cabendo ao parceiro-privado suportar todos os riscos do negócio.
- C Representante do conselho de usuários tem assento reservado no conselho fiscal das sociedades de propósito específico.
- D Todos os elementos técnicos que compõem o contrato de concessão de serviço público podem ser alvo de avaliação pelos tribunais de contas.
- E Não compete ao tribunal de contas aferir a manutenção da equação econômico-financeira do contrato de parceria público-privada.

Questão 29

Um licitante apresentou ao tribunal de contas de determinado estado da Federação representação na qual requereu: (i) cautelarmente, a suspensão da execução de contrato firmado pela administração pública; (ii) a declaração de nulidade da respectiva licitação, conduzida pelo Poder Executivo, por violação ao princípio da economicidade, uma vez que o tipo de licitação previsto no edital — “melhor técnica” — não se aplicava ao objeto licitado; (iii) a nulidade do contrato administrativo firmado, uma vez que não foi realizado o prévio exame de sua validade pela corte de contas.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A De acordo com a Constituição Federal, o tribunal de contas pode determinar, diretamente, a suspensão do contrato assinado pela administração pública com o licitante vencedor.
- B O Supremo Tribunal Federal reconhece o poder geral de cautela dos tribunais de contas apenas durante o procedimento licitatório, refutando a possibilidade de suspensão cautelar de contratos firmados pelo Poder Executivo, sob pena de violação do princípio da separação de poderes.
- C Cabe ao tribunal de contas avaliar a legitimidade da adoção do critério melhor técnica, pois sua missão institucional abrange a adequação de aspectos formais e a aferição de quão ótimas são as ações administrativas, tendo em vista o interesse público envolvido, a legitimidade do ato e a consequente relação de adequação de seu conteúdo.
- D É constitucional a lei local que tenha estabelecido a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- E Ao analisar a representação, o tribunal de contas deve avaliar o objeto licitado visto que a adoção do tipo de licitação melhor técnica está reservada para serviços de natureza predominantemente intelectual, prescindindo de estipulação de preço máximo no instrumento convocatório.

Questão 30

Acerca do regime constitucional dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- A Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis a estrangeiros.
- B O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos gera direito subjetivo a indenização.
- C Lei municipal poderá definir um percentual mínimo de cargos em comissão que deverão ser exercidos apenas por servidores de carreira.
- D O exercício de greve por servidor público pode ser considerado fato desabonador de sua conduta em avaliação de estágio probatório.
- E O texto da Constituição Federal de 1988 é omissivo em relação a uma política de cotas para o preenchimento de cargos e empregos públicos por pessoas portadoras de deficiência.

Questão 31

Em relação a licitações, assinale a opção correta.

- A Não demanda licitação a concessão regular de patrocínio, cujo objetivo não é transferir bens nem contratar serviços, mas realizar atividade pública de fomento.
- B A Lei de Licitações não se aplica às empresas públicas e sociedades de economia mista.
- C Lei estadual poderá ampliar os casos de dispensa de licitação fixados em lei federal.
- D É inválida a cláusula que estabeleça, em edital, cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte em certames para aquisição de bens de natureza divisível.
- E Admite-se a contratação de serviços advocatícios pela administração pública por inexigibilidade de licitação, qualquer que seja o objeto do contrato.

Questão 32

Acerca do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, assinale a opção correta.

- A É facultado ao servidor converter um terço das férias em abono pecuniário.
- B A licença de servidor para tratamento de saúde de descendente de primeiro grau será concedida com remuneração integral nos primeiros dois meses.
- C O adicional por tempo de serviço será devido por anuênio de efetivo exercício, até o máximo de 30.
- D É constitucional a previsão de licença remunerada de 90 dias à servidora que adotar criança com até um ano de idade.
- E O servidor pronunciado por crime comum será afastado do exercício do cargo, com dois terços da remuneração, até sentença final transitada em julgado.

Questão 33

Com base no disposto na Lei de Improbidade (Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações), assinale a opção correta.

- A O ato de improbidade pode decorrer de conduta culposa.
- B Constitui ato de improbidade administrativa retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- C Os atos de improbidade praticados contra patrimônio de entidade privada que receba incentivo fiscal do poder público não estão sujeitos às sanções dessa lei.
- D As sanções da referida lei aplicam-se àquele que, mesmo não sendo agente público, de qualquer forma se beneficie do ato ímprobo.
- E Não configura ato de improbidade a dispensa indevida de licitação que não acarrete perda patrimonial efetiva ao ente público.

Questão 34

Com relação ao entendimento dos tribunais superiores acerca do mandado de segurança, é correto afirmar que

- A é inconstitucional a exigência pelo juízo de caução a ser prestada pelo impetrante.
- B é vedada a concessão de medida liminar cujo objeto seja a reclassificação de servidor público.
- C os efeitos financeiros advindos da concessão da segurança retroagem à data do ato impugnado.
- D o Ministério Público do Tribunal de Contas não possui legitimidade para impetrar mandado de segurança, mesmo que para defender suas prerrogativas institucionais.
- E a aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança dispensa a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

Questão 35

No que diz respeito à interpretação das normas constitucionais, o método em que a interpretação deve ocorrer a partir do problema concreto que se pretende resolver para, somente ao final, identificar-se a norma adequada é o

- A hermenêutico clássico, de Savigny.
- B científico-espiritual, de Rudolf Smend.
- C normativo-estruturante, de Friederich Muller.
- D tópico-problemático, de Theodor Viehweg.
- E hermenêutico-concretizador, de Konrad Hesse.

Questão 36

Assinale a opção correta, acerca das concepções do conceito de Constituição.

- A A constituição-balanço reflete a concepção culturalista de constituição.
- B A constituição biomédica contempla normas que visam a disciplinar o processo de criação, desenvolvimento e utilização de novas tecnologias científicas, salvaguardando biodireitos.
- C A concepção jurídica de constituição, na mesma linha da concepção política, privilegia o fundamento político e afasta elementos sociológicos e filosóficos.
- D A constituição plástica não consagra limitações explícitas ao poder de reforma, de modo que seu processo de mudança se subordina à discricionariedade dos órgãos revisores.
- E A concepção sociológica relaciona-se aos princípios do direito natural, principalmente no que concerne aos direitos humanos fundamentais.

Questão 37

Com relação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

- A A relação de emprego é protegida contra dispensa arbitrária, nos termos de lei ordinária federal, que preverá indenização compensatória.
- B É garantida a percepção de salário mínimo, nacionalmente unificado, para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- C É assegurada a participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração do trabalhador.
- D É garantida a assistência gratuita aos filhos até 3 (três) anos de idade em creches e pré-escolas.
- E É direito do trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, além de indenização a que este está obrigado, em caso de dolo ou culpa.

Questão 38

Assinale a opção que contempla ato de competência privativa do Senado Federal.

- A autorizar a exploração de recursos hídricos em terras indígenas
- B autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos estados
- C eleger os membros do Conselho da República
- D autorizar o presidente da República a se ausentar do país, por prazo superior a quinze dias
- E escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União

Questão 39

Assinale a opção correta, com relação à hipótese de vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República.

- A Serão chamados, sucessivamente, ao exercício da presidência, o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- B Será feita eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga.
- C Se ocorrida nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.
- D A realização de eleição indireta pelo Congresso Nacional demanda a edição prévia de lei complementar para preservar a higidez do processo eleitoral.
- E Ocorrendo a eleição indireta pelo Congresso Nacional, os eleitos assumirão mandatos de quatro anos.

Questão 40

De acordo com a CF, são bens dos estados Federados

- A os potenciais de energia hidráulica.
- B as águas subterrâneas fluentes que não ultrapassem mais de um estado.
- C as cavidades naturais subterrâneas.
- D os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- E as praias fluviais.

Questão 41

Julgue os itens a seguir, acerca da disciplina constitucional do Ministério Público na Constituição de 1988.

- I Os procuradores-gerais de justiça e o procurador-geral da República são nomeados pelo chefe do Poder Executivo com base em lista tríplice formada pela respectiva carreira.
- II Bialmente, o Conselho Nacional do Ministério Público deve escolher um corregedor nacional dentre os chefes dos Ministérios Públicos dos estados e da União.
- III Independentemente da legitimidade das pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público também pode ajuizar ação civil pública para defesa do patrimônio público.
- IV Nenhum membro ativo do Ministério Público pode exercer advocacia.
- V Não cabe ao Conselho Nacional do Ministério Público suspender atos de membros do Ministério Público praticados no exercício da atividade-fim da instituição, ainda que juridicamente inválidos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e V.
- E IV e V.

Questão 42

A respeito do controle incidental de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- A** Não obstante certas limitações processuais inerentes a seu rito especial, é juridicamente possível fazer-se controle incidental de constitucionalidade em ação de mandado de segurança.
- B** O controle incidental de constitucionalidade somente produz efeitos após resolução que, provinda do Senado Federal, suspenda a eficácia da norma.
- C** Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça exercer controle difuso de constitucionalidade.
- D** Somente após confirmação pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de recurso extraordinário, produzem-se efeitos plenos do controle difuso de constitucionalidade.
- E** A decisão no controle difuso de constitucionalidade produz, necessariamente, efeitos retroativos, isto é, *ex tunc*.

Questão 43

A arguição de descumprimento de preceito fundamental

- A** não pode ter como objeto normas de direito pré-constitucional, entendido como o conjunto de normas anterior à constituição vigente.
- B** pode ser ajuizada por qualquer pessoa, devido à tendência da Constituição de 1988 de ampliar o acesso ao controle concentrado de constitucionalidade.
- C** é meio processual adequado para impugnar atos de pessoas jurídicas de direito privado, quando contrariarem direitos fundamentais.
- D** admite manifestação de peritos e designação de audiência, ainda que se trate de ação de controle concentrado de constitucionalidade.
- E** não será cabível se houver possibilidade de outra espécie de ação para discutir o alcance da norma constitucional em causa, devido à regra da subsidiariedade.

Questão 44

Julgue os próximos itens, a respeito das limitações do poder de tributar.

- I Para atendimento do princípio da legalidade tributária, é preciso que lei ordinária (ou norma superior) determine por completo todos os elementos do tributo.
- II Por consistirem em benesses concedidas a certas categorias de contribuintes, a revogação e a redução de benefício fiscal não se sujeitam ao princípio da anterioridade.
- III Com a finalidade de corrigir desequilíbrios econômicos, estados podem instituir alíquotas diferenciadas para certos bens em razão de sua procedência.
- IV Por se tratar de garantia dos contribuintes, a Constituição não admite exceções ao princípio da irretroatividade tributária.
- V A carga tributária total de determinada categoria de contribuinte pode ser considerada como parâmetro de interpretação do princípio da vedação de confisco.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

Questão 45

No que se refere aos orçamentos, assinale a opção correta.

- A** Na tramitação do projeto de lei do orçamento anual, parlamentares podem propor emendas, sendo-lhes exigida, como requisito dessa proposição, tão somente a indicação dos recursos necessários para sua viabilidade financeira.
- B** É obrigatória a execução das emendas individuais ao projeto de lei do orçamento anual, uma vez aprovado, desde que observados o limite da receita corrente líquida do projeto enviado pelo Poder Executivo e os demais requisitos constitucionais.
- C** Emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual não podem incidir sobre as partes do projeto resultantes de iniciativa reservada a determinados órgãos.
- D** A lei de diretrizes orçamentárias terá a mesma vigência do plano plurianual ao qual se refira.
- E** Leis orçamentárias, por constituírem atos de natureza concreta, a despeito de sua forma legislativa, não podem ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade.

Questão 46

Com base na Constituição do Estado do Pará, assinale a opção correta.

- A** Os prefeitos e vice-prefeitos paraenses devem residir no município onde exerçam o mandato, do qual somente podem ausentar-se, por tempo superior a 15 dias, com licença da Câmara Municipal, sob pena de perda de mandato.
- B** É vedada a greve para servidores públicos do Estado do Pará.
- C** Ninguém pode ser punido por se recusar a trabalhar em ambiente que gere risco iminente à vida, conforme caracterização da entidade sindical correspondente.
- D** Em situação de calamidade, o governador do estado do Pará poderá transferir a capital do estado temporariamente, por decreto com vigência imediata, de Belém para outro município paraense.
- E** Em caso de exercício de atividades penosas, insalubres ou perigosas, a lei poderá considerar tempos de contribuição fictos, para fins previdenciários.

Questão 47

De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF) e considerando a aplicação das normas de direito financeiro à gestão orçamentária do estado do Pará, assinale a opção correta.

- A** O estado do Pará pode disponibilizar informações e dados contábeis em meio físico ou por meio da lei de acesso à informação, desde que conferindo amplo acesso público.
- B** Normas de direito financeiro que regulamentam o orçamento paraense são privativas da União.
- C** A sustentabilidade da dívida prevista no orçamento paraense é conduzida privativamente por lei complementar paraense.
- D** As disponibilidades de caixa do Pará somente podem ser depositadas em instituição financeira privada localizada no estado.
- E** O estado do Pará deve disponibilizar informações orçamentárias conforme periodicidade e formato estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.

Questão 48

De acordo com a CF, o orçamento da União é

- Ⓐ impositivo em relação às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária e às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de estado ou do Distrito Federal.
- Ⓑ autorizativo em relação às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.
- Ⓒ impositivo em relação às emendas individuais ao projeto de lei orçamentária mesmo em casos de impedimentos de ordem técnica.
- Ⓓ impositivo apenas em relação às emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, mas não em relação às emendas individuais.
- Ⓔ autorizativo em relação às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal, no montante de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

Questão 49

De acordo com a CF, a vedação de aplicação da vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa se aplica à hipótese de

- Ⓐ prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- Ⓑ vinculação da receita do IPVA para obras de rodovias e estradas.
- Ⓒ destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
- Ⓓ manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Ⓔ realização de atividades da administração tributária.

Questão 50

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, é exemplo de despesa corrente na categoria de subvenção social a hipótese de

- Ⓐ cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas.
- Ⓑ ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos.
- Ⓒ dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais.
- Ⓓ transferência destinada a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- Ⓔ dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Questão 51

Conforme a CF, a lei de diretrizes orçamentárias deverá estabelecer

- Ⓐ o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Ⓑ o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados.
- Ⓒ demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- Ⓓ a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- Ⓔ a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

Questão 52

Considere que lei do município de Belém – PA tenha estabelecido obrigação de uso de máscaras em locais públicos, sob pena de pagamento de multa individual por descumprimento, com o objetivo de conter a transmissão de covid-19 no município. Nesse caso, o ingresso dessa multa nos cofres municipais, de acordo com a sua finalidade, se classifica como receita

- Ⓐ extraorçamentária.
- Ⓑ fiscal.
- Ⓒ extrafiscal.
- Ⓓ originária.
- Ⓔ parafiscal.

Questão 53

A dívida consolidada líquida dos municípios não poderá exceder a sua receita corrente líquida em

- Ⓐ 1 vez.
- Ⓑ 1,2 vez.
- Ⓒ 1,5 vez.
- Ⓓ 2 vezes.
- Ⓔ 5 vezes.

Questão 54

São equiparados a operações de crédito público municipal, entre outros,

- Ⓐ a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo município e o recebimento antecipado de valores de empresa em que o município detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos.
- Ⓑ a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços, e o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras, desde que não impliquem elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- Ⓒ a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo município e a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo município.
- Ⓓ a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo município e o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras, desde que não impliquem elevação do montante da dívida consolidada líquida.
- Ⓔ o recebimento antecipado de valores de empresa em que o município detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, e a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo município.

Questão 55

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará deverá emitir alerta aos poderes executivo e legislativo municipais quando constatar

- I ocorrência de calamidade pública local.
- II possibilidade de que a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais.
- III que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite.
- IV que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei.
- V descumprimento das normas gerais para consolidação das contas públicas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e V estão certos.
- B Apenas os itens II e III estão certos.
- C Apenas os itens I, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 56

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, no último ano do mandato do prefeito, é nulo de pleno direito o ato que

- A contrair obrigação que resulte em nova despesa corrente.
- B resulte em aumento de despesa com pessoal.
- C resulte em aumento de despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato.
- D resulte em aumento de despesa com pessoal nos últimos dois trimestres.
- E resulte em aumento de despesa com pessoal no último trimestre.

Questão 57

Serão computadas e deduzidas, respectivamente, na receita corrente líquida municipal

- A as contribuições dos servidores municipais para o custeio do sistema de previdência e assistência social e as transferências correntes.
- B as contribuições dos servidores municipais para o custeio do sistema de previdência e assistência social e as receitas de contribuições.
- C as receitas de contribuições e as transferências correntes.
- D as transferências correntes e as contribuições dos servidores municipais para o custeio do sistema de previdência e assistência social.
- E as transferências correntes e as receitas de contribuições.

Questão 58

Constituem contribuições sociais que compõem o orçamento da seguridade social no âmbito federal

- A as multas, a atualização monetária e os juros moratórios recebidos das empresas.
- B as receitas decorrentes de aluguéis de imóveis locados.
- C as doações feitas por pessoas físicas e jurídicas.
- D os valores arrecadados com leilões de bens apreendidos pela Secretaria da Receita Federal.
- E as contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre seu salário de contribuição.

Questão 59

Ao segurado do Regime Geral de Previdência Social

- A é vedado cumular qualquer tipo de benefício previdenciário.
- B é possível cumular aposentadoria programada com pensão por morte.
- C é possível cumular aposentadoria programada com aposentadoria por incapacidade permanente.
- D é possível cumular aposentadoria programada com auxílio por incapacidade temporária.
- E é possível cumular salário maternidade com auxílio por incapacidade temporária.

Questão 60

Luiz é servidor público federal em exercício há mais de 20 anos e filiado ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos da União. Com a intenção de assegurar mais proteção a si e a sua família, pretende filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social na condição de segurado facultativo.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que a filiação pretendida

- A é possível e ele fará jus a todos os benefícios previdenciários disciplinados pela legislação vigente.
- B é vedada na qualidade de segurado facultativo.
- C é possível, mas Luiz fará jus tão somente ao benefício da aposentadoria por tempo de contribuição.
- D é possível, mas Luiz fará jus apenas aos benefícios das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade.
- E é possível desde que Luiz não possua dependentes.

Questão 61

Reginaldo foi contratado como empregado da empresa Ferreira & Filhos Ltda., onde exerceu a função de diretor de Recursos Humanos por quatro anos. No último dia, 20/12/2021, a empresa rescindiu o contrato de trabalho de Reginaldo, quando então lhe pagou as seguintes parcelas rescisórias: saldo de salário (20 dias); gratificação natalina (13.º salário); férias proporcionais indenizadas e respectivo adicional constitucional; indenização de 40% do FGTS; e multa em decorrência da mora no pagamento das parcelas rescisórias.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da incidência ou não de recolhimento da contribuição previdenciária a título de salário de contribuição do empregado sobre as parcelas pagas a Reginaldo.

- A Haverá contribuição até o limite máximo do salário de contribuição apenas sobre o saldo de salário (20 dias) e gratificação natalina (13.º salário), pois são as únicas consideradas salário de contribuição.
- B Haverá contribuição até o limite máximo do salário de contribuição apenas sobre a gratificação natalina (13.º salário), as férias proporcionais indenizadas e respectivo adicional constitucional, e a indenização de 40% do FGTS, pois são as únicas consideradas salário de contribuição.
- C Não haverá contribuição sobre nenhuma das parcelas rescisórias, pois elas não são consideradas salário de contribuição.
- D Haverá contribuição até o limite máximo do salário de contribuição apenas sobre a gratificação natalina (13.º salário), as férias proporcionais indenizadas e respectivo adicional constitucional, e a multa em decorrência da mora no pagamento das parcelas rescisórias, pois são as únicas consideradas salário de contribuição.
- E Haverá contribuição até o limite máximo do salário de contribuição sobre todas as parcelas pagas a título de verbas rescisórias, pois são consideradas salário de contribuição.

Questão 62

Zélia contribuiu para o Regime Geral de Previdência Social como segurada empregada por cinco anos e quatro meses, quando então pediu demissão e ficou sem contribuir para o RGPS por um período de um ano e três meses. A partir daí, Zélia passou a contribuir como contribuinte individual e permanece nessa condição há nove meses. Em recente exame médico, constatou-se um grave problema renal e Zélia terá que se submeter a uma cirurgia que a incapacitará para o trabalho por um período de aproximadamente três meses.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que Zélia

- A) poderá recolher três contribuições retroativamente para fazer jus ao benefício da aposentadoria especial.
- B) não terá direito a receber benefício previdenciário, pois não possui tempo de carência.
- C) faz jus ao benefício do auxílio-acidente.
- D) faz jus ao benefício do auxílio por incapacidade temporária.
- E) faz jus ao benefício da aposentadoria especial.

Questão 63

No que se refere a justificação administrativa, acidente de trabalho, renda mensal e reajuste de benefício, julgue os itens a seguir.

- I Contra a decisão da autoridade competente do Instituto Nacional do Seguro Social que considerar ineficaz a justificação administrativa cabe recurso ao Conselho de Recurso da Previdência Social.
- II O acidente sofrido pelo segurado no percurso da sua residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado, é considerado acidente de trabalho para efeito de concessão de benefício previdenciário acidentário.
- III O valor da renda mensal devido à segurada empregada a título de salário-maternidade pode exceder o teto máximo do Regime Geral de Previdência Social.
- IV O reajuste do valor dos benefícios previdenciários concedidos pelo RGPS será realizado anualmente, mediante lei de iniciativa do Congresso Nacional aprovada no exercício financeiro anterior.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas os itens I e II estão certos.
- C) Apenas os itens II e III estão certos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 64

Para a concessão de aposentadorias pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a legislação previdenciária apresenta várias exigências, entre elas o cumprimento de período de carência (Lei n.º 8.213/1991), cujo tratamento legal é diferenciado com relação aos segurados especiais, também quanto à concessão de outros benefícios. Acerca da exigência de cumprimento de período de carência para os segurados especiais, assinale a opção correta.

- A) A legislação previdenciária exige o cumprimento do período de carência para os segurados especiais que, juntamente com seu grupo familiar, iniciaram o exercício de atividades agropecuárias, extrativas e artesanais antes de novembro de 1991.
- B) A contagem do período de carência para os segurados especiais não leva em conta o número mínimo de contribuições mensais recolhidas para a concessão de benefício, como se faz para os demais segurados do RGPS, mas o período de tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, comprovado mesmo de forma descontínua, igual ao número de meses necessário à concessão do benefício requerido.
- C) Com a vigência da Emenda Constitucional n.º 103/2019, que determinou a implementação do Cadastro de Informações Sociais para os trabalhadores rurais, o chamado CNIS Rural, o compute do período de carência para segurados especiais corresponde ao número mínimo de contribuições mensais recolhidas para a concessão de benefício, tendo como marco inicial a competência de janeiro de 2020.
- D) É pacífica a orientação da jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência dos juizados especiais federais (TNU) de que o segurado especial pode comprovar o tempo de exercício de atividade rural equivalente à carência após protocolado o pedido de concessão da aposentadoria por idade.
- E) A legislação previdenciária vigente dispensa o cumprimento de período de carência para a concessão do salário-maternidade às seguradas especiais, por se tratar de benefício de caráter indenizatório.

Espaço livre

▼ Questão 65

A Seguridade Social, de acordo com o modelo desenhado pelo legislador constitucional, deve ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, com recursos disponibilizados nos orçamentos dos entes federados e contribuições, denominadas sociais, provenientes das empresas e das entidades a elas equiparadas; dos trabalhadores, segurados do regime geral de previdência social; e de outras fontes, como um percentual sobre a receita de concursos de prognósticos e da importação de bens.

Considerando essas orientações legais bem como a legislação a elas associada, assinale a opção correta.

- A** A associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional contribui para a Seguridade Social com percentual correspondente a cinco por cento da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participe em todo o território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos. Essa contribuição deve ser observada também no caso de associação desportiva que mantém equipe masculina de basquetebol profissional.
- B** O segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda, poderá contribuir para a Seguridade Social com uma alíquota de 5% aplicada sobre o respectivo salário de contribuição, sem progressividade, respeitados seus limites mínimo e máximo.
- C** A Contribuição Adicional exigida dos bancos e entidades financeiras equivalente a 2,5% sobre “Folha de salários” foi considerada inconstitucional por decisão do STF em repercussão geral devido à falta de previsão legal de diferenciação de alíquotas em relação às contribuições previdenciárias incidentes sobre a mesma base de cálculo.
- D** A contribuição do empregador doméstico não lhe garante qualquer vínculo de filiação ao RGPS, posto que é considerado apenas contribuinte compulsório da Seguridade Social, conforme determinação legal. Seu vínculo como segurado do RGPS somente ocorre caso exerça atividade remunerada de filiação obrigatória e, caso contrário, na condição de segurado facultativo.
- E** A remuneração direta ou indireta e os valores despendidos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa, em face do seu mister religioso ou para sua subsistência, é considerada para fins de contribuição para a Seguridade Social com incidência da alíquota de 20% sobre o valor bruto, respeitados os limites mínimo e máximo.

▼ Questão 66

Após o falecimento de João da Silva de Castro, 45 anos de idade, servidor público de cargo efetivo do estado do Pará, quatro pessoas protocolaram pedido de pensão por morte alegando serem seus dependentes: Júlia Matos de Castro, 32 anos de idade, afirmando que é divorciada do servidor há quatro anos e que recebeu, quando da partilha de bens, um apartamento de dois quartos, o que, segundo alega, prova dependência econômica de João da Silva de Castro; Ana Silveira, 28 anos de idade, que declara ter mantido união estável com o servidor há três anos, anexando como prova documentos que, segundo ela, demonstram que havia coabitação com o falecido; Sofia Silveira de Castro, 14 anos de idade, representada por sua mãe, que apresentou Certidão de nascimento na qual consta o nome do servidor como pai; e Maria da Silva de Castro, que juntou documentos com que prova ser genitora do falecido, declarando ainda que não possui renda própria e que era mantida pelo servidor, o qual, segundo alega, pagava o seu aluguel, conforme documentos apresentados.

Considerando-se a situação hipotética descrita e à luz do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do estado do Pará (LC n.º 39/2002), é correto afirmar que a pensão por morte será concedida

- A** a Sofia Silveira de Castro, filha menor de 21 anos do servidor, cuja dependência econômica é presumida, e a Maria da Silva de Castro, mãe do servidor, que provou dependência econômica do filho com o documento de pagamento do aluguel do local onde mora.
- B** a Sofia Silveira de Castro, filha menor de 21 anos do servidor, cuja dependência econômica é presumida; a Ana Silveira, 28 anos de idade, que comprovou ter tido união estável com o servidor por três anos; e a Maria da Silva de Castro, mãe do servidor, que provou dependência econômica do filho com o documento de pagamento de aluguel do local onde mora.
- C** a Sofia Silveira de Castro, filha menor de 21 anos do servidor, cuja dependência econômica é presumida; a Ana Silveira, 28 anos de idade, que comprovou ter mantido união estável com o servidor por três anos; e a Júlia Matos de Castro, 32 anos de idade, que é divorciada há anos do servidor e que recebeu, quando da partilha de bens, um apartamento de dois quartos.
- D** a Sofia Silveira de Castro, filha menor de 21 anos do servidor, cuja dependência econômica é presumida; a Ana Silveira, 28 anos de idade, que comprovou ter mantido união estável com o servidor há três anos; a Júlia Matos de Castro, 32 anos de idade, que é divorciada há anos do servidor e que recebeu, quando da partilha de bens, um apartamento de dois quartos; e a Maria da Silva de Castro, mãe do servidor, que provou dependência econômica do filho como o documento do pagamento do aluguel do local onde mora.
- E** a Sofia Silveira de Castro, filha menor de 21 anos do servidor, cuja dependência econômica é presumida, e a Ana Silveira, 28 anos de idade, que comprovou ter mantido união estável com o servidor há três anos.

Questão 67

De acordo com o magistério de Castro & Lazzari, “é segurado da Previdência Social, nos termos dos art. 12 e parágrafos da Lei n.º 8.212, de 1991, e dos art. 11 e parágrafos da Lei n.º 8.213, de 1991, de forma obrigatória, a pessoa física que exerce atividade remunerada, efetiva ou eventual, de natureza urbana ou rural, com ou sem vínculo de emprego, a título precário ou não, bem como aquele que a lei define como tal, observadas, quando for o caso, as exceções previstas no texto legal, ou exerceu alguma atividade das mencionadas acima, no período imediatamente anterior ao chamado ‘período de graça’. Também é segurado aquele que, sem exercer atividade remunerada, se filia facultativa e espontaneamente à Previdência Social, contribuindo para o custeio das prestações sem estar vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS ou a outro regime previdenciário qualquer (art. 14 da Lei de Custeio e art. 13 da Lei de Benefícios).”

Carlos Alberto Pereira de Castro; João Batista Lazzari.

Manual de direito previdenciário. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022, p. 157.

Com relação à filiação ao RGPS ou a outro tipo de regime previdenciário, assinale a opção correta.

- A Joel, menor aprendiz, não poderá se filiar ao RGPS na condição de segurado obrigatório antes de completar dezesseis anos de idade, em razão da vedação pela Constituição Federal de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos; no entanto, dos quatorze aos dezesseis anos, é permitida a esse aprendiz a filiação na condição de segurado facultativo.
- B Mariana, que após o casamento deixou de exercer qualquer tipo de atividade laboral e não recebe qualquer tipo de remuneração que a vincule ao RGPS, poderá se filiar a esse regime na condição de segurado facultativo.
- C Uma servidora pública de cargo efetivo de um município que não instituiu Regime Próprio de Previdência Social pode ser filiada ao Regime Geral de Previdência Social como segurado contribuinte individual.
- D Uma médica contratada por um hospital pelo regime da CLT e que também atende por conta própria em um consultório particular pode ser filiada ao RGPS apenas na condição de segurado empregado.
- E Um aposentado por tempo de contribuição pelo RGPS que resolve retornar ao mercado de trabalho, sendo contratado pelo regime da CLT, continua filiado ao RGPS na condição de segurado empregado, estando, na nova situação de trabalho, dispensado de contribuir para a seguridade social.

Questão 68

A qualidade de segurado é o vínculo mantido entre o segurado e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) enquanto são vertidas as contribuições previdenciárias ou durante o chamado período de graça, intervalo de tempo em que, apesar de não ocorrer o recolhimento de contribuições, o vínculo se mantém.

Cada uma das opções a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em relação à qualidade de segurado no RGPS. Assinale a opção correta.

- A Pedro, demitido de seu primeiro emprego após quinze anos, está desempregado há dez meses. Nessa situação, sua qualidade de segurado no RGPS será mantida por até doze meses, período que poderá ser prorrogado por até doze meses em decorrência de seu tempo de filiação e, ainda, receber um novo acréscimo de mais doze meses devido ao seu desempregado.
- B Márcio, segurado contribuinte individual, recebeu pena de reclusão de sete anos, tendo sido mantida a sua qualidade de segurado durante esse período. Nessa situação, após a concessão de liberdade, Márcio poderá permanecer nessa condição de segurado pelo período de doze meses, salvo no caso de liberdade provisória.
- C Jonas, filiado ao RGPS como segurado empregado, recebeu alta hospitalar após passar dez meses internado na UTI em decorrência de complicações de covid-19. Nesse caso, a qualidade de segurado de Jonas deverá ser mantida por doze meses.
- D Frederico foi convocado para a prestação do serviço militar ao completar dezoito anos de idade e não exerceu à época de sua incorporação qualquer atividade profissional de vinculação obrigatória ao RGPS. Nessa situação, a qualidade de segurado de Frederico é mantida durante o período nas Forças Armadas, até três meses após o seu licenciamento, ou “baixa”.
- E Joana, filiada ao RGPS como segurada facultativa, deixou de recolher suas contribuições por seis meses, devido a dificuldades financeiras. Nesse caso, a qualidade de segurada de Joana deve ser mantida durante esse período, o qual, conforme alterações legais recentes, poderá ser utilizado para fins de contagem de tempo para obtenção de aposentadoria.

Questão 69

Acerca das contas de governo e de gestão dos municípios do estado do Pará, julgue os itens a seguir.

- I O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- II É de competência exclusiva da câmara municipal o julgamento das contas de governo e de gestão dos prefeitos.
- III Em caso de omissão da câmara municipal, o parecer emitido pelo TCM/PA não gera a inelegibilidade prevista no artigo 1.º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar n.º 64/1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9.º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.

Assinale a opção correta.

- A Todos os itens estão certos.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Nenhum item está certo.

▼ Questão 70

Acerca da possibilidade de adoção de medidas cautelares pelo TCM/PA, julgue os itens que se seguem.

- I No curso da adoção de medida cautelar monocraticamente pelo relator, a matéria deve ser incluída em pauta de julgamento, na primeira sessão subsequente, para deliberação colegiada, visando a sua homologação ou revogação, sob pena de perda de eficácia.
- II Na impossibilidade de comparecimento do relator, a matéria terá de ser submetida ao Tribunal Pleno pelo conselheiro-substituto designado para substituir o relator.
- III Submetida a medida cautelar à deliberação do Tribunal Pleno, havendo pedido de vista dos autos, por qualquer conselheiro, ficarão suspensos os efeitos da cautelar adotada monocraticamente pelo relator.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

▼ Questão 71

Acerca da atuação do Ministério Público de Contas (MPC) que atua junto ao TCM/PA, julgue os itens subsequentes.

- I O MPC será o último órgão a ser ouvido, antes do julgamento, salvo nos processos de recurso que ele interpuser.
- II Em decorrência do princípio da formalidade que rege os processos no TCM/PA, a manifestação do MPC deve dar-se de forma escrita.
- III O MPC é parte legítima para ingressar com quaisquer dos recursos previstos no regimento interno do TCM/PA.

Assinale a opção correta.

- A Todos os itens estão certos.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Nenhum item está certo.

▼ Questão 72

Acerca da processualística adotada no TCM/PA, assinale a opção correta.

- A São partes, nos processos de contas, o responsável, o interessado, o sucessor e, observado o caso concreto, o controle interno, o MPC e as câmaras municipais.
- B São considerados responsáveis, nos processos de denúncia ou representação, as pessoas, física ou jurídica, ou o rol de pessoas alvos de denúncia ou representação, denominados como denunciados ou representados, respectivamente, bem como as pessoas físicas ou jurídicas que apresentem denúncia ou representação, denominadas denunciantes ou representantes, respectivamente.
- C Interessado é aquele que, em qualquer etapa do processo, tenha reconhecida, pelo relator e(ou) pelo tribunal, razão legítima para intervir no processo.
- D O MPC funcionará como parte, desde que autorizado pelo conselheiro-relator, nos processos de denúncia, representação, recursos, pedido de revisão e termo de ajustamento de gestão.
- E As partes podem praticar os atos processuais diretamente ou por meio de procurador, desde que este esteja regularmente inscrito na OAB.

▼ Questão 73

O texto a seguir, reproduzido com adaptações, foi extraído do relatório de pesquisa da FGV intitulado **Aplicação dos novos dispositivos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) pelo Tribunal de Contas da União** (Internet: <<https://direitosp.fgv.br>>).

O art. 28 foi criado com o objetivo de garantir um ambiente de maior segurança jurídica para gestores públicos bem-intencionados e inovadores. Partiu-se do diagnóstico de que os órgãos de controle brasileiros, como o Tribunal de Contas da União, estavam adotando parâmetros decisórios pouco claros e, com isso, tornando incertos os limites de atuação dos gestores públicos. Essa insegurança jurídica prejudicaria a tomada de decisões, aumentaria o risco de responsabilização pessoal e inibiria o surgimento de inovações na administração pública, num fenômeno que ficou popularmente conhecido.

O conhecimento popular atribuiu ao fenômeno citado ao fim do texto anterior o nome de

- A síndrome da inércia.
- B apagão das canetas.
- C apagão das ideias.
- D síndrome do mau gestor.
- E descontrole do controle.

▼ Questão 74

Acerca dos processos de recursos do TCM/PA, julgue os itens a seguir.

- I Nos termos da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno do TCM/PA, cabem as seguintes espécies recursais: recurso ordinário, embargos de declaração e agravo.
- II O prazo para a interposição de recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, por meio da publicação do acórdão ou resolução no Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA.
- III Havendo responsabilidade solidária na decisão recorrida, o recurso apresentado por um dos responsáveis poderá ser estendido aos demais responsáveis, inclusive aqueles que tiverem sido julgados à revelia.

Assinale a opção correta.

- A Todos os itens estão certos.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 75

Acerca dos processos de registro de atos de pessoal do TCM/PA, julgue os próximos itens.

- I Estão sujeitos ao exame de legalidade, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal temporário dos órgãos e entidades da administração direta e indireta dos municípios.
- II Os processos de registro de pessoal, após a devida instrução e parecer do MPC, serão submetidos à deliberação da Câmara Especial de Julgamento, salvo quando o processo receber instruções igualmente favoráveis para o registro do ato pela unidade técnica e pelo MPC, ocasião em que poderá ser julgado monocraticamente pelo relator.
- III Contra decisão que considerar ilegal o ato caberá recurso dirigido ao presidente do tribunal no prazo de quinze dias.

Assinale a opção correta.

- A Todos os itens estão certos.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Nenhum item está certo.

Questão 76

Com relação ao julgamento das contas dos administradores pelo TCM/PA, assinale a opção correta.

- A A decisão que aprecia o mérito das contas é denominada terminativa.
- B O TCM/PA poderá autorizar o desarquivamento do processo em que tiverem sido julgadas ilíquidas as contas se, dentro do prazo máximo de dois anos, forem trazidos novos elementos suficientes para propiciar o julgamento das contas.
- C Quando julgar as contas regulares com ressalva, havendo aplicação de multa, a quitação ao responsável somente se dará após a comprovação do recolhimento determinado na decisão.
- D A prestação de contas após a citação de responsável que foi omissa em seu dever de prestar contas elidirá a irregularidade.
- E O julgamento pela irregularidade das contas implicará a inabilitação do responsável para assumir cargo em comissão ou função de confiança.

Questão 77

As medidas cautelares que o TCM/PA pode adotar incluem

- I a indisponibilidade, por prazo não superior a um ano, de bens em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos em apuração ou apurados.
- II a sustação do ato ou de procedimento, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.
- III a requisição de documentos para apreciação prévia de sua legalidade.
- IV o bloqueio da movimentação das contas bancárias do Poder Legislativo ou do Poder Executivo e respectivas entidades da administração indireta, quando verificada a omissão no dever de prestar contas.
- V o arresto dos bens dos responsáveis condenados em débito pelo tribunal.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, III e V estão certos.
- B Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
- D Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 78

Acerca do termo de ajustamento de gestão (TAG) do TCM/PA, julgue os itens subsequentes.

- I A assinatura do TAG somente é permitida para o equacionamento de falhas ou irregularidades sanáveis, sendo incabível para vícios em que se constate má-fé ou dolo do gestor.
- II No caso do controle de irregularidades que impliquem dano ao erário, a assinatura do TAG, em nenhuma hipótese, poderá resultar em diminuição do valor do débito.
- III O MPC é parte obrigatória do TAG, devendo ser representado, necessariamente, pelo seu procurador-geral, salvo em períodos de afastamento deste devidamente justificados.

Assinale a opção correta.

- A Todos os itens estão certos.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Nenhum item está certo.

Questão 79

Assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STF a respeito da atuação de sindicatos e associações em processos judiciais.

- A É assente o entendimento de que eventual cumprimento de sentença desencadeada por sindicato deve ser limitado aos sindicalizados apontados na inicial da fase de conhecimento.
- B As entidades de classe são gênero do qual as associações e os sindicatos seriam espécies. Nesse caso, ambas as espécies possuem legitimidade para propor ações em defesa de seus filiados, exigindo-se, contudo, autorização expressa ou procuração individual por eles fornecida, pois ambas espécies de entidades atuam na qualidade de representantes processuais.
- C Diante da substituição processual, admite-se o ingresso de associados na fase de cumprimento de sentença que não foram apontados na petição inicial da fase de conhecimento de uma ação de cobrança proposta pela associação.
- D A previsão estatutária é suficiente para legitimar a propositura de ações por associações na defesa de direitos dos filiados, ou, na omissão estatutária, a respectiva autorização expressa deliberada em assembleia para esse fim.
- E Os sindicatos possuem ampla legitimidade para atuarem como substitutos processuais dos integrantes da categoria a que se refiram, inclusive na fase de cumprimento de sentença, independentemente de autorização dos sindicalizados.

▼ Questão 80

A respeito das nulidades no direito processual civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compreende-se inserida no “princípio da não surpresa” a vedação de deferimento de decisão judicial sem a oitiva prévia da parte que seja beneficiada pela medida, como seria a hipótese de tutela provisória de urgência a favor do autor sem que se tenha aberto prazo para sua manifestação.
- Ⓑ Considera-se inválida a citação da pessoa jurídica, realizada no endereço de sua sede, mas recebida por pessoa que não tenha poderes expressos para o recebimento.
- Ⓒ Entende-se que o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se for hipótese de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- Ⓓ Na hipótese de já ter havido citação do réu com o oferecimento de matéria preliminar de mérito a prescrição ou decadência, o juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido e, na ocasião, deverá dar às partes a oportunidade de se manifestarem.
- Ⓔ Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa. Contudo, não se aplica esse entendimento nas hipóteses de nulidade absoluta.

▼ Questão 81

De acordo com a jurisprudência pertinente a cumprimento de sentença e processos de execução, assinale a opção correta.

- Ⓐ Conforme entendimento do STJ, não se admite a substituição processual no polo ativo do cumprimento de sentença pelo cessionário, sem a autorização ou o consentimento do devedor.
- Ⓑ Conforme entendimento do STJ e do STF, o Ministério Público não possui legitimidade ativa para promover execução de título executivo extrajudicial decorrente de decisão de tribunal de contas.
- Ⓒ O STJ não admite a condenação em honorários advocatícios em embargos do devedor, por considerá-la hipótese de *bis in idem* em relação à condenação da verba honorária objeto da execução.
- Ⓓ Subsiste a penhorabilidade dos valores decorrentes de empréstimo consignado ainda que destinados à manutenção do sustento do devedor e de sua família, visto não possuírem natureza remuneratória.
- Ⓔ Inexiste preclusão na renovação de tese de prescrição em embargos do devedor, embora a prescrição já tenha sido afastada em anterior exceção de pré-executividade.

▼ Questão 82

Assinale a opção correta acerca dos efeitos dos atos processuais.

- Ⓐ Admite-se o cumprimento de sentença de improcedência, desde que esteja reconhecida a obrigação no título, representando uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.
- Ⓑ A decretação da revelia acarreta a presunção relativa de veracidade dos fatos narrados na petição inicial. Contudo, essa circunstância não impede que o réu exerça o direito de produção de provas, ainda que intervenha no processo após o encerramento da fase instrutória.
- Ⓒ O elenco na contestação de teses contraditórias de mérito configura *nemo venire contra factum proprium* processual.
- Ⓓ Não se admite sentença condicional, ou seja, aquela que, embora certa, resolva relação jurídica sujeita a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordine o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- Ⓔ Ainda que reconheça obrigação certa, líquida e exigível, a sentença declaratória não será passível de desencadear o cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa.

▼ Questão 83

Assinale a opção correta acerca do instituto da reclamação.

- Ⓐ Ainda que o caso dependa de dilação probatória, admite-se reclamação para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante do STF.
- Ⓑ Não se considera a perda superveniente do objeto da reclamação anteriormente proposta, se a decisão judicial impugnada for reformada pela instância superior em recurso.
- Ⓒ Admite-se a reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ainda que pendente a admissibilidade do recurso extraordinário pelo tribunal local.
- Ⓓ O prazo para os beneficiários da decisão impugnada contestarem a reclamação será comum, não se aplicando a dobra prevista em artigo do CPC, ainda que eles tenham procuradores distintos, considerando ser rito especial.
- Ⓔ O pedido de reclamação não admite a impugnação por qualquer interessado no tema objeto de reclamação.

▼ Questão 84

Com referência a processos nos tribunais, recursos e demais meios de impugnação das decisões judiciais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Consoante entendimento do STJ, as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previstas no CPC possuem natureza mitigada; por isso, admite-se a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- Ⓑ Não se admite a interposição de embargos de declaração visando corrigir erro material, pois as hipóteses de cabimento desse tipo de embargo se destinam a esclarecer obscuridade, a eliminar contradição ou suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual deveria se pronunciar o juiz.
- Ⓒ A impetração, pelo Ministério Público, de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal está em acordo com a jurisprudência consolidada do STJ.
- Ⓓ Na hipótese de intervenção pela União na qualidade de *amicus curiae* em processo em curso em tribunal de justiça estadual, haverá o deslocamento para o TRF respectivo.
- Ⓔ Eventual pedido de concessão de efeito suspensivo deve ser formulado por requerimento dirigido ao presidente do tribunal, que o apreciará, com posterior remessa ao futuro relator do recurso de apelação que ainda não tenha sido designado pela distribuição.

Questão 85

Com referência à ação rescisória, assinale a opção correta.

- A Não é possível a propositura de ação rescisória contra decisão que não admita o prosseguimento do recurso, pois, nessa hipótese, a decisão não seria de mérito.
- B O STF entende ser incabível a ação rescisória quando, contra decisão impugnada, não se tenham esgotado todos os recursos.
- C Não caberá ação rescisória quando o julgado estiver em harmonia com o entendimento firmado pelo Plenário do STF à época da formalização do acórdão rescindendo, salvo a hipótese em que ocorra posterior superação do precedente.
- D O valor da causa na ação rescisória deve corresponder ao da ação originária corrigido monetariamente, ainda que se tenha determinado o benefício econômico obtido por intermédio de liquidação de sentença.
- E Compete ao TRF processar ação rescisória proposta pela União com o objetivo de desconstituir sentença transitada em julgado proferida por juiz estadual, quando afetar interesses de órgão federal.

Questão 86

Assinale a opção correta considerando a delimitação de competência dos órgãos jurisdicionais.

- A Consoante entendimento do STJ, para a configuração de conflito de competência é necessário que duas ou mais autoridades judiciárias, de esferas diversas, declarem-se competentes, ou incompetentes, para apreciar e julgar o mesmo feito, ou que incida a prática de atos processuais na mesma causa, por mais de um juiz.
- B Segundo o entendimento do STJ, a decisão que declara a competência no conflito de competência, embora aplicável ao processo que lhe deu origem, deve ser estendida a outros feitos em que reste caracterizada a analogia da situação fático-jurídica.
- C De acordo com a jurisprudência do STJ, a presença do MPF no polo passivo da demanda não possui o condão de atrair a competência da justiça federal para o processo e julgamento do feito, considerando a despersonalização do órgão público.
- D Conforme o entendimento do STF, a competência para o julgamento de múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional deve ser fixada para o julgamento de todas as demandas conexas no juízo do DF.
- E Consoante entendimento do STF, a sentença civil prolatada em ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator.

Questão 87

Por expressa disposição constitucional, o princípio do respeito à capacidade contributiva aplica-se

- I aos impostos.
- II às taxas.
- III às contribuições sociais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 88

O Código Tributário Nacional estabeleceu um critério de discriminação entre as diversas espécies tributárias. Esse critério, todavia, é inaplicável, por falta de expressa disposição legal,

- A às taxas e às de intervenção no domínio econômico.
- B às contribuições de melhoria e às de intervenção no domínio econômico.
- C aos impostos e aos empréstimos compulsórios.
- D às taxas e às contribuições para fiscais.
- E às contribuições sociais e aos empréstimos compulsórios.

Questão 89

Conforme expressa disposição constitucional, para que o poder público possa instituir e cobrar um empréstimo compulsório,

- A o tributo terá que ter alíquota *ad valorem*.
- B os recursos arrecadados terão de ser aplicados exclusivamente em investimentos relevantes ou em despesas extraordinárias.
- C os contribuintes deverão ser apenas as pessoas jurídicas.
- D a cobrança, em qualquer caso, deverá ser submetida à anterioridade nonagesimal.
- E o tributo não poderá ter como fato gerador a propriedade de veículos automotores.

Questão 90

A Constituição Federal atribui aos estados a competência para instituir e cobrar o ICMS. Todavia, parte da receita desse imposto é destinada aos municípios de cada estado. Nessa situação, é correto afirmar que os municípios

- A gozam da chamada competência compartilhada.
- B gozam de competência concorrente.
- C não possuem qualquer competência.
- D não gozam da competência legislativa, apesar de terem capacidade ativa.
- E possuem competência apenas para arrecadar o ICMS.

Questão 91

No ordenamento jurídico brasileiro, constitui competência exclusiva do Poder Legislativo, relativamente ao ICMS, estabelecer

- A os fatos geradores relativos a petróleo e derivados.
- B as bases de cálculo nas importações.
- C as alíquotas mínimas aplicáveis a operações interestaduais.
- D os contribuintes.
- E as alíquotas aplicáveis às operações internacionais.

Questão 92

Os convênios de natureza tributária relativos ao ICMS

- A exigem aprovação pelo Congresso Nacional.
- B podem destinar-se ao estabelecimento de isenções.
- C só vigoram após a sanção presidencial.
- D são hierarquicamente superiores às leis complementares.
- E são firmados pelos estados, pelo DF e pela União.

Questão 93

Um juiz, ao se deparar com a ausência de disposição expressa em matéria tributária, deverá aplicar

- A os princípios gerais de direito tributário, quando a analogia não servir à integração.
- B os princípios gerais de direito público, antes de qualquer outro meio de integração.
- C os princípios gerais de direito tributário e de direito privado, nessa ordem.
- D a equidade, antes de qualquer outro meio de integração.
- E a analogia, quando a lei prever a exigência de tributo para caso análogo.

Questão 94

Para efeito da verificação da ocorrência de fatos geradores de tributos, são válidos na esfera administrativo-fiscal, não podendo, portanto, ser desconsiderados pela autoridade administrativa,

- A os atos jurídicos destinados a dissimular a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- B os atos jurídicos que transfiram a responsabilidade tributária para terceiros.
- C os atos jurídicos que se destinem a dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.
- D os negócios jurídicos que se destinem a dissimular a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- E os negócios jurídicos destinados a dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo.

Questão 95

Ocorrerá a suspensão do crédito tributário quando

- A o poder público o fizer por meio de decreto de moratória.
- B o fisco exigir o depósito do montante integral da dívida.
- C o contribuinte apresentar um recurso, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- D o contribuinte requerer o parcelamento.
- E o contribuinte requerer a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Questão 96

Entre os princípios do direito tributário está o da legalidade, que impede a criação ou o aumento de imposto sem que se faça por meio de lei. Quanto ao aumento, está submetido a tal princípio o imposto sobre

- A a importação de produtos estrangeiros.
- B a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- C as operações financeiras.
- D produtos industrializados.
- E a renda e proventos de qualquer natureza.

Questão 97

Ocorrendo o falecimento de uma pessoa que deixou um imóvel e créditos, o imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos caberá ao estado

- A em que se processar o inventário, no que se refere à totalidade da herança.
- B em que o falecido nasceu, no que se refere à totalidade da herança.
- C em que o falecido morreu, no que se refere à totalidade da herança.
- D em que se situe o imóvel, no que se refere ao imóvel.
- E em que o falecido teve seu último domicílio, no que se refere aos créditos.

Questão 98

O imposto municipal sobre a propriedade territorial urbana

- A poderá ser progressivo em razão da renda anual do proprietário.
- B poderá ser progressivo, em conformidade com a capacidade econômica do proprietário.
- C poderá ser progressivo com vistas a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- D não incidirá sobre pequenas glebas urbanas, definidas em lei, quando seu proprietário não possuir outro imóvel e for reconhecidamente pobre.
- E poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Questão 99

Para receber tratamento diferenciado, as empresas podem se enquadrar como micro ou pequenas, em razão de sua receita. Consoante a Lei Complementar n.º 123/2006, o conceito de receita, para efeito do enquadramento da empresa, inclui

- A o produto da venda de bens nas operações em conta alheia e exclui os descontos incondicionais concedidos.
- B o preço dos serviços prestados e exclui o resultado nas operações em conta alheia.
- C o produto da venda de bens nas operações de conta própria e o resultado nas operações em conta alheia.
- D as vendas canceladas e exclui os descontos incondicionais concedidos.
- E o produto da venda de bens nas operações de conta própria e nas operações em conta alheia.

Questão 100

Consoante da Lei Complementar n.º 116/2003, o ISSQN incide sobre

- A o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, quando a operação for realizada por instituições financeiras.
- B os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante concessão, com o pagamento de pedágio pelo usuário final do serviço.
- C as exportações de serviços para o exterior do país.
- D a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos.
- E a prestação de serviços em relação de emprego, dos sócios-gerentes de empresas.

Espaço livre